



DIÁRIO DO LEGISLATIVO

Criada pela Resolução Nº 1090/2013 - Órgão Oficial de Publicação do Poder Legislativo de Sete Lagoas/MG

www.setelagoas.mg.leg.br

ANO I - Nº 25 - Sete Lagoas, 02/12/2013

MESA DIRETORA (2013/2014)

EXPEDIENTE DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO LEGISLATIVO DE SETE LAGOAS

PARLAMENTAR	PARTIDO	CARGO
Márcio Paulino Torres - Lulu	PMN	Presidente
Milton Martins	PSC	1º Secretário
Milton Saraiva	PP	1º Vice-Presidente
Pastor Fabrício	PMN	2º Vice-Presidente
Padre Décio	PP	2º Secretário

Órgão Oficial da Câmara Municipal de Sete Lagoas, (MG)

Criado pela Resolução nº 1090 de 18 de setembro de 2013.

Edição, impressão e disponibilização:

Secretaria Especial de Comunicação - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Secretaria Executiva - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Procuradoria Geral - Câmara Municipal de Sete Lagoas

Av. Getúlio Vargas, nº 111 - Centro - Telefone: (31) 3779- 6333

Cópias do Diário do Legislativo podem ser obtidas no portal da Câmara Municipal

Acesso ao Diário Oficial: <http://setelagoas.mg.leg.br> - Autoridade Certificadora SERPRORFB

A Câmara Municipal, por meio da Secretaria Executiva, manterá no saguão da Casa Legislativa, por 30 (trinta) dias, e em arquivo próprio na Secretaria, para consulta, a via impressa do "Diário do Legislativo".

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE REDAÇÃO E TÉCNICA LEGISLATIVA

MATÉRIA: PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 031/2013 APROVA PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS QUE APROVA AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.

AUTORIA: COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE TOMADA DE CONTAS.

O Projeto de Resolução nº 031/2013, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Tomada de Contas, que aprova parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que aprova as contas do Município de Sete Lagoas referentes ao exercício financeiro de 2011, foi aprovado por esta Casa, em turno único de votação, sem emendas.

Vem a proposição a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 5º do artigo 83 c/c artigo 254 da Resolução nº 810, de 05 de julho de 1995.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a redação final, mantendo a íntegra da mesma de acordo com o aprovado.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 031/2013

AUTORIA: COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE TOMADA DE CONTAS

A Câmara Municipal de Sete Lagoas, representante legítima do povo, aprovou e o Presidente, em seu nome, assim sancionará:

APROVA PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS QUE APROVA AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2011.

Art. 1º Fica aprovado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, proferido na Sessão de 19/03/2013, referente ao Processo nº 872.919, aprovando-se consequentemente as contas do Município de Sete Lagoas referentes ao exercício financeiro de 2011.

Parágrafo único: O Parecer Prévio a que se refere este artigo faz parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal, Sete Lagoas, 30 de novembro de 2013

COMISSÃO DE REDAÇÃO E TÉCNICA LEGISLATIVA

MILTON LUIZ SARAIVA
Presidente

GILBERTO PEREIRA DA SILVA
Membro

RENATO GOMES
Relator

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A CONTRATO FIRMADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS

E A EMPRESA LICÍNIO MAIA REFRIGERAÇÃO ME

Processo licitatório 11/2013 Convite 09/2013

Objeto: Aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado

Contratada: LICÍNIO MAIA REFRIGERAÇÃO ME

Data de vigência do contrato: Data de sua assinatura até a entrega e instalação dos aparelhos, podendo ser aditado, nos termos da legislação vigente.

Preço mensal: R\$4.868,00 (quatro mil oitocentos e sessenta e oito reais)

Dotação Orçamentária: 01.031.0001.0.006-3.4.4.90.52.00.00 - Aquisição de Equipamentos e Material

Permanente

01.031.0001.0.008.3.3.3.90.39.00.00 - Outros serviços de terceiro - Pessoa Jurídica

Sete Lagoas, 02 de dezembro de 2013.

MÁRCIO PAULINO SILVA TORRES

Presidente da Câmara Municipal de Sete Lagoas

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2013 PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI Nº 155/2013 “ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SETE LAGOAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014”

Em conformidade ao Edital de Audiência Pública nº 20/2013 publicado no Diário Oficial Eletrônico do Legislativo de Sete Lagoas nº 01 de 14/10/2013, e de acordo com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos termos do art. 48, a Câmara Municipal de Sete Lagoas realizou no dia 13 de novembro de 2013, no Plenário Deputado Wilson Tanure, audiência pública visando a discussão do Projeto de Lei nº 155/2013 que “estima a receita e fixa a despesa do Município de Sete Lagoas, para o exercício financeiro de 2014”. O cerimonial fez abertura informando que as inscrições continuam abertas, e convidou para compor a mesa: os Vereadores Renato Gomes, Joaquim Gonzaga Barbosa, e Fabrício Augusto Carvalho do Nascimento – membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Tomada de Contas; o Vereador Milton Maurício Martins, Luiz Adolpho Vidigal – Secretário de Planejamento; César Maciel – Secretário de Esportes; Kátia Nogueira – Coordenadora de Planejamento do Município; Dr. Cláudio Drumond – Subsecretário de Gestão de Saúde; Claudiney Gonçalves – Subsecretário de Tecnologia da Infancia e Geraldo César Maciel – Secretário de Esportes e Lazer. Após a leitura na íntegra do Edital desta Audiência, o Cerimonial passou a palavra para o Presidente desta Audiência, Vereador Renato Gomes, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Tomada de Contas. O Presidente agradeceu a presença de todos e passou a palavra para a Sra. Kátia, para que a mesma fizesse suas explanações. Kátia fez sua explanação, através de slides, demonstrando como a Secretaria Municipal de Planejamento elabora o orçamento do Município. Apresentou os parâmetros macroeconômicos, abrangendo as variáveis de 2013 e 2014, PIB real, taxa real de juro implícito na dívida. Apresentou um gráfico contendo a evolução das receitas dos últimos 5 anos, dizendo que às vezes a receita não se concretiza para o exercício, mas temos que fazer uma estimativa, onde a expectativa pode não condizer. Para o ano de 2014 trabalharemos com a estimativa de receita de R\$73.677.876,00. Explicou que Receita é todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos que o governo tem direito de arrecadar em virtude de leis, contratos ou quaisquer outros títulos de que derivem direitos a favor do estado. Despesa é toda saída de recursos do Município, de todos os pagamentos efetuados a qualquer título. Apresentou também a evolução da receita tributária. Se o contribuinte paga direito, torna-se menos oneroso para todos, mantendo a tributária ascendente. Quando o município tem uma boa gestão tributária, tudo é melhor. Onde em 2013 temos: 49% ISS no valor de 32.714.338,00, 10% ITBI no valor de 6.628.372,00, 14% IRRF no valor de 11.791.139,00 e 27% IPTU no valor de 12.421.755,00, a receita estimada para 2014 é IPTU no valor de 20.286.000,00, ISS no valor de 39.512.040,00, ITBI no valor de 6.953.825,00 e IRRF no valor de 12.951.387,00. Composição da receita corrente é formada por outras receitas correntes: 6%, receita tributária: 19%, receita de contribuição: 2%, receita patrimonial: 1%, e receita de serviços: 5%, e transferências correntes: 67%. Na despesa orçada, temos uma despesa fixada em R\$873.677.876,00, sendo com o legislativo R\$20.355.713,00; educação R\$97.017.701,00; saúde R\$156.392.586,00; SAAE R\$198.919.185,00; folha de pagamento da PMSL R\$65.417.467,00; e demais despesas R\$400.992.691,00. Apresentou também a execução da despesa por órgãos e secretarias. Foi apresentado um gráfico demonstrando a evolução da despesa de pessoal nos últimos 05 anos. Capacidade de investimento é o que arrecadamos nas receitas de capital: R\$373.862.672,00 menos os investimentos: R\$413.805.268,00, restando apenas R\$44.102.599,00, ou seja, 5,05% de capacidade de investimento, isto é, demonstramos como é difícil trabalhar com uma capacidade de investimento tão baixa. Mostrou também como está a despesa com a dívida fundada. Temos sempre que estar renegociando. Se não houver gestão, o município não tem como trabalhar. Temos um limite de endividamento de 498 milhões, onde 119 milhões já estão efetivados, onde temos um saldo disponível de 378 milhões, e proposições de 105 milhões ainda não efetivadas. Se economizarmos nas receitas, temos uma capacidade maior de endividamento. Houve um demonstrativo de despesa por função de governo, onde a prioridade é o saneamento, resolvendo os problemas do esgoto do município. Na sequência, mostrou uma tabela contendo a evidência das prioridades orçamentárias por órgão. Como inovação no Projeto de Lei - LOA 2014, existe o planejamento com efetivo controle financeiro, busca de equilíbrio ente meios e fins, tomada de decisão sobre as ações – vontade política efetiva, investimento no conhecimento – recursos humanos e materiais, apoio centralizado, etapas definidas, acompanhamento e avaliação, responsabilização e transparência. Orçamento tem que ser planejado e com apoio total do gestor, para exercer uma cobrança. Disse que estão trabalhando com a gestão da informação. Temos que arriscar, assumir o desafio. A secretaria de planejamento está aberta para todos, principalmente os vereadores para esclarecer qualquer dúvida, pois o interesse da Secretaria é trabalhar juntos. Apresentou então, o destaque orçamentário dos órgãos/secretarias, abrangendo ações e fontes de recursos, mencionando que o município tem tido um gasto muito alto em algumas áreas por falta de planejamento. Informou que existe dentro do SMAS o programa de apoio a pessoa com deficiência e seus familiares, dando condições aos familiares dos deficientes que necessitam de acompanhamento, fazendo destaque por ser um programa novo do gestor. Prosseguindo, o Presidente passou a palavra aos vereadores inscritos: Vereador Milton Martins – citou que a receita caiu em 2012 e 2013, precisa de melhoria em 2014. Precisamos de uma melhoria da receita sem aumentar impostos, nem prejudicar o povo. Questionou se para se reduzir ao índice de 52% no gasto da folha de pagamento para 49%, significa reduzir os ganhos dos funcionários? Existem 02 vertentes: demissão, choque de gestão ou ajuste na máquina verificando onde não está funcionando. Existe pagamento de funcionários de anos anteriores que ainda não foram pagos. Vereador Fabrício – fez uma observação com referencia quanto a construção do prédio da Câmara, que se não fosse a interferência do Prefeito e do Presidente da Câmara, este não sairia do papel, onde tudo já está acertado junto ao Banco BDMG, aguardando apenas a vinda do recurso. Dando continuidade, o Presidente passou a palavra para manifestação dos oradores inscritos: Sr. Abdala Nacif Neto – Questionou as correções previstas para o salário mínimo, onde sempre foi colocado apenas o índice não utilizado pelo Governo Federal. Quando ao endividamento, são feitas aplicações. Juros são fixos. Citou também a adequação da lei de resíduos sólidos que tem que ser cumprida agora no ano que vem. Se não chegar junto ao Governo Federal não sai e é uma obrigação constitucional. Dra. Maria Antonina de Sales questionou quanto ao tratamento de esgoto qual a perspectiva? Educação infantil, como está previsto? Mobilidade urbana, exigência da lei das diretrizes nacionais, como está o plano, que envolve transporte, locomoção, vias públicas? O Presidente informou que existe uma escala para construção das escolas, mas acha que a demanda é muito grande, e a captação de recursos do governo é pequena para atender esta demanda. É necessário os recursos próprios do município para atender esta demanda complementando os recursos federais. Kátia respondeu aos questionamentos dizendo que o programa educação fiscal já existe no município, e que quanto aos processos temos que trabalhar sim de forma efetiva e já estamos em plena atividade, no sentido de modernização, fiscalização, e outros para dar eficiência tributária ao município. Às vezes, as ações não aparecem, mas já estão sendo feitas. Atingir a meta de 49% não significa redução de gasto com pessoal. O aumento com arrecadação significa aumento de receita. Se o funcionário estiver satisfeito rendendo, ele passa a ser uma receita e não uma despesa. Todos temos que participar para que isso aconteça. O gestor está empenhado nisso. No porte de nossa cidade, o ideal é trabalhar com 48%. Se arrecadarmos mais, trabalharemos com maior facilidade. A mudança é traumática, por isso é que tem que ser devagar. Ganho real é cedo. Nossa data base é janeiro, e é um mês muito ruim para discutir data base. Começar o ano discutindo data base é complicado. Temos que ver o impacto. O índice é linear e isonômico. Quanto ao endividamento publico, temos a dívida fundada; quanto aos recursos, são vinculados. Os juros serão aplicados na própria administração pública. Precisamos de uma adequação de recursos realmente. A referência é a receita corrente líquida. Temos que ficar atentos, não podemos sair dos limites. Iluminação pública em cima de parceria, gera conforto ao município. As cotas de receitas são muito inferiores a cotas de despesas. O município tem que ter capacidade de gestão. Tratamento de esgoto, já existe um recurso para tratamento do esgoto e o município tem que assumir a revisão de todas as redes do município, onde o prefeito está trabalhando para vinda do recurso, prioritariamente. Plano de política pública, isto já é pratica do governo. Os recursos só vêm mediante os planos, que serão conduzidos pela secretaria de transito em parceria com a secretaria de obras. Plano diretor já esta assumido. Com relação às vias urbanas, a mobilidade urbana abrange tudo, já está previsto dentro do plano diretor. Quanto às escolas, existe a cota salário educação, e a previsão é de 1,5% a mais para o ensino. Quanto a construção das escolas, convidou a Sra. Roberta Dionizio Magalhães da Secretaria Municipal de Educação para nos falar a respeito. Sra. Roberta disse que já começaram a construir 03 creches, no bairro Morro do Claro, Bouganville e Cidade de Deus, e que para o ano de 2014 serão construídas mais 04 e cadastramos mais 01 agora em outubro, fora as coberturas de quadras. O Presidente citou que já fizeram um estudo quanto a necessidade de construção de creches em outros bairros da cidade, e que já levou estes estudos à Secretaria de Educação. Sra. Roberta informou que temos o censo escolar que faz este tipo de estudo, e que estamos buscando parcerias. O Vereador Milton Martins disse que duas dessas creches não são novas. Houve apenas remanejamento, isto é transferência da creche de um local para outro. Disse também que choque de gestão para ele é junção de secretarias. Para o funcionalismo trabalhar bem ele precisa de um plano de carreiras, para que o gestor não tenha o desgaste que houve nesse ano. O Presidente passou a palavra para suas considerações finais ao Vereador Gonzaga que pontuou o seguinte: vimos que as receitas e despesas deixaram a desejar conforme estimado no relatório de 1º e 2º quadrimestres aqui apresentados, motivo pelo qual continuo batendo no índice de endividamento. O Presidente informou que o prazo para apresentação de emendas é ate o dia 25 de novembro, e convidou a todos para dia 27 de novembro, comparecerem nesta casa para audiência publica referente ao IPTU, conforme PL nº 129/2013 protocolado nesta Casa pelo Executivo. Encerrando esta audiência, o Presidente agradeceu a presença de todos. A íntegra desta audiência pública encontra-se, na íntegra, à disposição de todos na Secretaria Especial de Comunicação desta Casa Legislativa. Sete Lagoas, 13 de novembro de 2013, Jaqueline Helena Alves, matricula 004